



CONTRATO DE FORNECIMENTO

Contrato Administrativo nº 232/2018

Processo Administrativo nº 4432/2018

Contratante – Município de Salto

Contratada – Confecções Pereira Lopes Ltda - ME

Objeto – Fornecimento de uniformes, acessórios e calçados para o fardamento da Guarda Civil Municipal, Vigilantes, Agentes de Trânsito e Sinalização Viária do Departamento de Trânsito e Transporte e Defesa Civil.

Referente – Pregão Presencial nº 55/2018

Valor Total – R\$ 22.223,50 (vinte e dois mil duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos)

Vigência – 6 (seis) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

O **Município de Salto**, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada a Rua Nove de Julho nº 1.053, Vila Nova, na cidade de Salto/SP, CEP: 13.322-900, inscrita no CNPJ nº 46.634.507/0001-06, neste ato representada pelo **Sr. Secretário de Defesa Social, Sr. Redcliff Sierra dos Santos**, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 17.367.396 e o CPF nº 070.915.258-25, ora designada simplesmente como *Contratante* e de outro lado à **Confecções Pereira Lopes Ltda - ME**, sediada a Rua Eva Pedrosa de Oliveira, nº 27 (fundos), CEP: 06654-030 Parque Ciras, na cidade de Itapevi/SP inscrita no CNPJ(MF) nº 63.935.332/0001-88 e Inscrição Estadual nº 373.020.175.113, neste ato representada pelo **Sr. Jesuino Pereira Lopes**, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 10.836.594 e do CPF 009.325.398-23, doravante designada simplesmente *Contratada*, têm entre si justo e acordado o presente contrato, conforme as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente contrato o fornecimento de uniformes, acessórios e calçados para o fardamento da Guarda Civil Municipal, Vigilantes, Agentes de Trânsito e Sinalização Viária do Departamento de Trânsito e Transporte e Defesa Civil, conforme as especificações e quantidades relacionadas no Anexo, a cargo da Secretaria de Defesa Social.

Item	Unid	Tamanhos	Quant	Descrição Lote 02	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Unid		50	CALÇA SOCIAL DE COR PRETA EM TECIDO DE BRIM MISTO (67% POLIÉSTER, 33% ALGODÃO, GRAMATURA 260), COM BOLSOS TRASEIROS, DIANTEIROS, ZIPER E BOTÃO DE BOA QUALIDADE E RESISTENTE NA FRENTE.	Jesuino Uniformes	RS85,50	RS4.275,00
02	Unid		50	CAMISA SOCIAL DE COR CINZA ESCURO, DE BRIM MISTO (67% POLIÉSTER, 33% ALGODÃO, GRAMATURA 110), COM 01 BOLSOS NA FRENTE, LADO ESQUERDO E BORDADO ELETRÔNICO DO BRASÃO DA CIDADE NO BOLSO ACRESCIDO DE VIGILANTE PATRIMONIAL.	Jesuino Uniformes	RS100,00	RS5.000,00
03	Unid		50	JACUETA EM NYLON DE COR PRETA, FORRADA, COM BORDADO ELETRÔNICO DO BRASÃO DA CIDADE	Jesuino Uniformes	RS218,97	RS10.948,50



Item	Tamanhos	Quant	Descrição Lote 04	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Unid	10	NO BRAÇO ESQUERDO, ACRESCIDO DE VIGILANTE PATRIMONIAL E BORDADO ELETRÔNICO A BANDEIRA DO MUNICÍPIO DO LADO DIREITO, BOLSOS LATERAIS, ZIPER NA FRENTE E ELÁSTICO NOS PUNHOS E GOLA PADRÃO.	Jesuino Uniformes	RS53,00	RS530,00
02	Unid	05	CAMISETA, DE COR CINZA MALHA EM PV (Poliéster E Viscose), COM PUNHO NAS MANGAS E DECOTE, BORDADO ELETRÔNICO DO BRASÃO DA CIDADE NO PEITO DO LADO ESQUERDO, PINTADO (SILK SCREEN) TRÁNSITO - PINTURA VÁRIA EM PRETO NAS COSTAS E CORTE UNISSEX.	Jesuino Uniformes	RS32,00	RS160,00
03	Unid	10	Bonê De Brim Na Cor Cinza Escuro, Com Bordado ELETRÔNICO Do Brasão De Salto E Escrito Em Amarelo Prefeitura Da Estância Turística De Salto / TRÁNSITO	Jesuino Uniformes	RS131,00	RS1.310,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02 e 04 R\$ 22.223,50						

Parágrafo Único: Será de responsabilidade da Secretaria de Defesa Social o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, através dos gestores de contrato: Sra. **Estela Rosana Raiz da Silva**, Guarda Civil Municipal 2ª Classe, portadora do RG 28.130.839-1 e CPF 122.735.888-10 e **Silmara Aparecida Gianotto**, Guarda Civil Municipal 2ª Classe, portadora do RG 33.861.630-5 e CPF 297.856.078-95.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PEDIDOS E DAS ENTREGAS

2.1. As entregas deverão ocorrer no máximo em até **45 (quarenta e cinco)** dias após a assinatura do contrato.

2.2. Os materiais deverão ser entregues na Sede da GCM, a Rua Fagundes Varela, nº 71, Jardim Três Marias, Salto/SP, CEP 13.320-530.

2.3. Devido a variação das medidas e numeração de fardamento, a empresa vencedora dos lotes 01, 02, 03, 04 e 05 deverá encaminhar um responsável, a partir da assinatura do contrato, no prazo de 03 (três) dias úteis, para que em 02(dois) dias consecutivos, acompanhe e tire medidas de cada funcionário, na sede da GCM, sito à Rua Fagundes Varela, nº 71 – Jardim Três Marias – Salto/SP.

2.3.1. O agendamento deverá ser efetuado no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 através dos telefones (11)4029-5024 ou (11)4028-6666 ou via e-mail g.c.m@salto.sp.gov.br, com Silmara ou Rosana.

2.4. Caso ocorra fornecimento incompatível com o solicitado do Município de Salto, fora dos padrões legais, ou com eventuais danos (ocasionados inclusive, durante o



transporte/descarregamento), o mesmo será recusado/devolvido, devendo ser repostado imediatamente, sem ônus ao Município e sob as penas previstas neste Edital.

2.5. A observância da compatibilidade a que se refere à cláusula anterior poderá ser aferida mesmo após a efetiva aceitação, em se tratando de vícios ocultos ou qualquer outro defeito não passível de pronta verificação.

2.6. Não será apreciado pedido de prorrogação no prazo de entrega apresentado após o limite estabelecido no item 2.1.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA DO MATERIAL

3.1. Garantia mínima de 12 (doze) meses após a entrega do material para os lotes 11, 12, 13 e 14.

3.2. A(s) empresa(s) vencedora(s) dos lotes 09, 10, 11, 12, 13 e 14 deverá emitir um laudo com as especificações anexas do produto, na entrega da mercadoria.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. A vigência deste contrato é de 6 (seis) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, havendo a possibilidade de prorrogação contratual, desde que justificado pela empresa e aprovado pela Secretaria/ Município de Salto.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. A Contratante pagará à Contratada o valor global de **R\$ 22.223,50(vinte e dois mil duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos)**, sendo que o pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, descontada a dezena, a partir da data de atestamento da Nota Fiscal pelo gestor do contrato e aprovado pela autoridade competente, respeitando-se a ordem cronológica de pagamentos.

5.2. Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is) motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

5.3. A Contratada quando do faturamento deverá inserir na Nota Fiscal – Pregão Presencial n.º 55/2018, Contrato Administrativo 232/2018.

5.4. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a contratada deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, sobre a prestação dos serviços, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

5.5. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à contratada, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.



CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A verba para pagamento do objeto do presente contrato está de acordo com as dotações orçamentárias vigentes de nºs 02.14.01.339030.06.122.0003.2.622.01.110000 (ficha 454), 02.14.02.339030.26.122.0003.2.623.01.400001 (ficha 470) e 02.14.01.339030.06.182.0003.2.624.01.110000 (ficha 455) – Recursos Próprios – Tesouro, da Secretaria de Defesa Social e serão de responsabilidade do Município de Salto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. A contratada que descumprir em quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.2. De conformidade com o art. 86 da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, à contratada garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8666/93.

7.3. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, pela inexecução total ou parcial deste contrato, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, pela inexecução total ou parcial do serviço contratado
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05(cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

7.4. As penalidades previstas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

7.5. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.



7.6. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

CLÁUSULA OITAVA – DIPOSIÇÕES GERAIS

8.1. A contratada deverá executar o fornecimento de acordo com as condições estabelecidas no edital, contrato.

8.2. A Contratada deverá responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes ao fornecimento executado por seus empregados.

8.3. A Contratada obriga-se a manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

8.4. A Contratada obriga-se a reparar, corrigir, refazer ou substituir às suas expensas e imediatamente, o objeto do contrato, segundo as especificações determinadas, desde que se constatem vícios defeitos ou incorreções resultantes da má execução do material.

8.5. A Contratada será responsável por todo e qualquer dano a que der causa por conta do objeto contratado, a ela competindo, exclusivamente, indenizar os prejuízos causados à Contratante ou a outrem.

8.6. São vedadas as sub-contratações do contrato a terceiros no todo ou em parte, exceto com anuência expressa e por escrito do Município de Salto, e desde que de parte do objeto, e atendidas pelo sub-contratado todas as exigências de idoneidade sob todos os aspectos previstos no edital da Licitação.

8.7. A Contratada reconhece os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa, prevista nos artigos 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

8.8. Constituem motivos para rescisão deste contrato, os casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8666/93.

8.9. A Contratada, neste ato, declara concordar com todos os termos do presente contrato, bem como das obrigações do regulamento administrativo previsto pela Contratante, além das penalidades pertinentes às leis específicas à matéria Lei Federal nº 8666/93 e suas atualizações, Lei Orgânica do Município de Salto nº 1382/90 (Emenda Substitutiva nº 01/2008), que fazem parte integrante do Pregão Presencial nº 55/2018.



CLÁUSULA NONA - FORO

9.1. Fica eleita a comarca de Salto para dirimir eventuais dúvidas ou conflitos de interesses oriundos do presente contrato, se não sanadas pela via extrajudicial.

Assim, por estarem justas e acordadas, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, de acordo com a legislação vigente.

Salto/SP, 24 de dezembro de 2018.



Redcliff Sierra dos Santos
Secretário de Defesa Social



Confeções Pereira Lopes Ltda - ME
Contratada

Testemunhas:



1-Estela Rosana Raiz da Silva



2-Silmara Aparecida Gianotto



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SALTO

CONTRATADO: CONFECÇÕES PEREIRA LOPES LTDA - ME

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 232/2018

OBJETO: FORNECIMENTO DE UNIFORMES, ACESSÓRIOS E CALÇADOS PARA O FARDAMENTO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL, VIGILANTES, AGENTES DE TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E TRANSPORTE E DEFESA CIVIL.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Município de Salto, 24 de outubro de 2018

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: José Geraldo Garcia

Cargo: Prefeito Municipal

CPI: 032.586.138-26 RG: 12.424.665-5

Data de Nascimento: 07/01/1962

Endereço residencial completo: Alameda Lipisano, nº 515, Haras Painceiras, Salto/SP, CEP 13324-312

E-mail institucional: gabineteprefeito@salto.sp.gov.br

E-mail pessoal: josegeraldogarciasalto@gmail.com

Telefone (s): (11) 99293-7349

Assinatura: _____



Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Redcliff Sierra dos Santos

Cargo: Secretário de Defesa Social

CPF: 070.915.258-25 RG: 17.367.396-X

Data de Nascimento: 30/03/1966

Endereço residencial completo: Rua Prof. Nelson Alvaro Figueiredo Brito, 290, Jardim Torres São José, Jundiaí/SP, CEP: 13214-530

E-mail institucional: secretario.defesasocial@salto.sp.gov.br

E-mail pessoal: redcliff@policiamilitar.sp.gov.br

Telefone (s): (11)99688-0842

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: Jesuino Pereira Lopes

Cargo: Sócio/ Administrador

CPF: nº 009.325.398-23 RG: 10.836.594

Data de Nascimento: 28/07/1954

Endereço residencial completo: Rua Rua Eva Pedrosa de Oliveira, nº 27, CEP: 06654-020 Parque Ciras, na cidade de Itapevi/SP

E-mail institucional: jesuinouniformes@jesuinouniformes.com

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): (11)4141-3416

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.